

Sartre e certa paixão pela potência de pensar e agir[⊕]

Por Luiz B. L. Orlandi

Ao imaginar um assunto para minha breve interferência neste seminário, agarrei-me à seguinte expressão: Sartre e certa paixão pela dupla potência de pensar e agir. Por que essa expressão?

Primeiramente, porque a relação de Sartre com a reflexão filosófica é inevitavelmente falseada quando não se leva em conta uma preocupação prática inerente ao núcleo conceitual do seu pensamento. Com efeito, se determinada idéia de liberdade é nuclear na reflexão sartreana, a preocupação prática de Sartre está justamente voltada para a invenção do homem pelo homem. Não é à-toa que ele inicia seu marcante ensaio sobre “A liberdade cartesiana”, dizendo o seguinte: “a liberdade é una, mas se manifesta de diversas maneiras segundo as circunstâncias. A todos os filósofos que se constituem em defensores dela é lícito fazer-lhes uma pergunta preliminar: a propósito de qual *situação* privilegiada fez você a experiência da sua liberdade?”¹. Desenvolver aqui este ponto transformaria esta minha pequena interferência na introdução a um curso, o que não é o caso.

Entretanto, eu o anotei para melhor destacar a segunda motivação do meu apego à referida expressão: Sartre e certa paixão pela dupla potência de pensar e agir. Não se trata, é claro, de explicitar a idéia de paixão nas obras de Sartre, o que faria novamente da minha interferência a introdução a um curso. Trata-se da impossibilidade, para muitos da minha geração, de ler Sartre sem exercitar um radical autoquestionamento. O contato com aquele alvoroço de palavras, palavras que retiniam como sinais de alerta contra a autotapeação, contra a automistificação, contra a negação da translucidez da consciência, esse contato era uma espécie de passagem pela vertente clínica da filosofia, essa vertente através da qual buscava-se e ainda se busca uma grande saúde. Não interessa se Sartre era ou não sadio. Interessa que seu efeito era salutar. Ao final de cada página de um texto de Sartre, cada um de nós, leitores, já não era o mesmo, pois, para além de qualquer gesto imitador, o que sobrava em nós, ou melhor em mim (pois, já com Sartre, eu aprendi a não falar em nome de

[⊕] Comunicação apresentada no “Seminário: Poliedro – multifacetada por inteiro” na UNESP-Araraquara no dia 20 de setembro de 2005.

¹ Jean-Paul Sartre, *Situations, I*.

outrem, a não representar o papel de representante), o que sobrava em mim, repito, era a paixão pelo autoquestionamento.

Mas a coisa não podia ficar assim vaga. Autoquestionamento. Tudo bem. Mas como a consciência é nada e nadificante, buraco de não-ser, a paixão pelo autoquestionamento vazava para todas as condutas e modos de relacionar-se, modos que se distribuíam pelo duplo aspecto que fremia em nossas existências: justamente a potência de pensar e a potência de agir. Apesar de Descartes, já desconfiávamos que pensar não era tão natural e bem distribuído ou partilhado. Pensar era pensar em companhia dos que dão o que pensar. E agir? Não bastava a descrição (que se pode ler em *O ser e o nada*) do ato de mover uma cadeira ou de ver Pierre movendo outra cadeira. O agir era imediatamente dimensionado como prática ético-política.

Vejamos: a leitura de filósofos constituía e constitui uma privilegiada experiência de exercício do pensamento. Então, é óbvio que a potência de pensar a que me refiro nessa expressão diz respeito à potência que se efetua como pensamento conceitual. Vale dizer: é facilmente possível apaixonar-se por construções conceituais. Quanto à potência de agir, nunca me foi muito fácil encontrar ou circunscrever o lugar, o espaço apropriado, o sítio ideal para servir de estrutura ou suporte compatível com aquilo que pulsava e pulsa em mim, e que mal traduzo como vontade de agir, vontade de mudar as condições da minha inserção no mundo. (Mal traduzo, repito, porque, com Nietzsche, desconfiamos que não sabemos quem, o que etc. quer na vontade que dizemos ser nossa).

É fácil notar um certo desequilíbrio nesse quadro. Com efeito. De um lado, a paixão pelo pensamento que se efetua através de redes conceituais, essa paixão estava e está quase que plenamente assistida, amparada, socorrida por um conjunto de obras filosóficas tidas como decisivas, ou pelo menos suficientes para toda uma vida de leituras, discussões, retomadas, pesquisas, comunicações, aulas etc., etc. Por outro lado, minha paradoxal paixão pela potência de agir nunca encontrou um lugar duradouro que pudesse ampará-la, seja o lugar chamado partido político, seja o lugar chamado grupelho, aparelho, foco, seja o lugar chamado chefia de departamento, direção de instituto etc. Por que? De onde vem a dificuldade que impede à paixão pela subversão estruturar-se como ação de organizador? De onde vem o desencontro temporal entre a intensidade do instante subversivo e a cronometragem implicada nas necessárias atividades organizatórias, sempre ameaçadas

pela cristalização de micro-poderes e pela burocratização do intelecto, para não falar dos elos envolventes que lhes chegam do contorcionismo da serpente financeira que circula por toda parte com seu intrínseco poder corruptor?

Que paixão é essa que, na sua dispersão, se mantém como disponibilidade à criação conceitual e à subversão prática? Suspeito que essa pergunta, que dura em mim desde o passado, seja ainda minha maneira de viver um efeito-Sartre.

Muitos tentavam, e alguns ainda tentam equilibrar esse quadro através da imposição de uma linha direta entre teoria e prática, seja partindo de determinado lugar organizatório, seja partindo de determinada teoria envolvente. Essa biunivocidade (que se poderia apelidar de ideológica, mas isto já não diz nada) simplificava e simplifica em demasia a complexidade dos pólos relacionados; essa biunivocidade ignorava e ignora os caminhos quebradiços pelos quais podem ser encontradas ou construídas provisórias, porém talvez mais pertinentes e até mesmo mais eficientes pressuposições recíprocas entre universos ou pontos teóricos e práticos.

Mas o que tem a ver com Sartre esse desequilíbrio da minha dupla paixão? É que eu sempre encontrei em seus escritos, como já sublinhei, uma atmosfera de cumplicidade em relação a esse desequilíbrio. E até mesmo Marx, de certo modo, ajudava a manter esse desequilíbrio, pois sua obra deixava aberta (ou seja, sem resposta taxativa) a dupla questão: de um lado, como confluir as lutas locais na superação do capitalismo?; por outro lado, com que alianças teóricas poderíamos compor o melhor recorte possível na história do pensamento? Estou salientando apenas que, apesar das dificuldades teóricas e práticas, era possível ler Marx e Sartre como pensamentos mutuamente complementares de uma cultura permanentemente auto-questionadora e mutuamente complementares de uma vontade de transformação social e subjetiva. E a *Crítica da razão dialética* pode ser lida no sentido dessa difícil complementariedade. Se, para alguns marxistas, essa reunião, essa linha heterodoxa era coisa de intelectual classe-média, era uma robinsonada fora de lugar e de época, para alguns ditos existencialistas essa reunião fazia excessiva concessão à vertente economicista do marxismo. Ora, esse tipo de críticas não dava conta daquilo que estava implícito naquela reunião heterodoxa, naquele desequilíbrio prático-teórico. E o que ali estava implícito? Ainda não sei dizer com precisão o que ali estava ou está implícito. Por enquanto, sinto apenas que ali insiste uma certa paixão. Por isso, retomo a pergunta feita

antes: que paixão é essa que, na sua dispersão, se mantém como disponibilidade à criação conceitual e à subversão prática?

Suponhamos, para concluir esta breve interferência, que eu dirija esta pergunta ao modo sartreano de pensar. Num primeiro momento, ele provavelmente me olharia com certa desconfiança. Por que, desconfiança? Ou melhor, o que ele estaria questionando, antes de tudo? De imediato, ele estaria questionando a hipotética força avassaladora da minha paixão. Por que? Embora não seja o caso de tentar estabelecer aqui uma exaustiva concatenação de argumentos, a resposta a essa pergunta exige pelo menos a explicitação de alguns passos. Retomemos a pergunta nos termos já propícios ao questionamento sartreano: por que Sartre questionaria a hipotética força determinante da minha paixão?

Primeiro, suponhamos que Deus não exista (suposição esta que levou Dostoievski a dizer que, então, “tudo seria permitido”). Se Deus morreu, que acontece com o homem? Neste caso, diz Sartre, o homem está essencialmente “abandonado”, isto é, o homem se encontra na impossibilidade de “engancha” sua existência em algo que poderia servir-lhe de apoio essencial: um apoio sumamente seguro fora do homem e/ou suficientemente seguro numa essência interior a ele. Então, se o homem vive em estado de abandono, as condutas, paixões e valores humanos só podem obter compreensão em função dos combates que se travam na própria existência humana.

Num segundo passo, bem ou mal colado a esse primeiro, Sartre questionaria a força determinante da minha paixão, porque, se “a existência precede a essência”, minha paixão “jamais poderá ser explicada por referência a uma natureza humana dada e cristalizada”. Então, se não posso ligar minha paixão a uma natureza cristalizada em mim, só posso pensá-la como articulada às aventuras e desventuras daquilo que me define como liberdade, como homem, isto é, este ser “condenado a ser livre”.

Em terceiro lugar, se sou condenado a ser livre, sou “responsável” por tudo aquilo que faço, sou radicalmente “condenado, a cada instante, a inventar o homem” que sou, de modo que não posso acreditar que vivo determinado como coisa entre as coisas.

Em face desses três passos, como fica minha paixão? De acordo com Sartre, caberia a mim mesmo decidir. Ele diria: como “homem”, você “é responsável pela sua paixão”, pois “não creio na potência da paixão” e “jamais pensarei que uma bela paixão seja uma

torrente devastadora que conduza fatalmente o homem a certos atos, e que isso, por conseguinte, lhe sirva de desculpa”².

Aí está a vigilante consciência sartreana, a consciência que resiste em sua ontológica translucidez, mesmo que não seja aquela da vida empírica de Sartre. As paixões fazem parte da existência humana, mas cada humano é responsável pelas suas paixões, mesmo quando pergunto: que paixão é essa *que me leva...*? Ao ouvir esse *que me leva*, Sartre me olha de través e vitupera: cuidado com a má-fé!, pois há sempre um fiapo de consciência participando desse jogo de ocultações através do qual a consciência procura negar sua própria constituição ontológica. Por que esse cuidado? Porque as paixões não são como “forças cegas” de um inconsciente do tipo freudiano, esse inconsciente que seria capaz de romper o que é tão caro ao Sartre de *O ser e o nada*, qual seja a “unidade consciente do psíquico”, a “unidade de uma mesma consciência”, esse “núcleo instantâneo do ser humano”³.

Posso muito bem coexistir com outros humanos tomados pela mesma paixão, mas sempre como responsável pelo cultivo dela em mim. Ora, diria Sartre, se você já está cultivando essa paixão, se você está à beira de nomeá-la, é porque ela já está operando em prol de algum projeto. E ao sabor dessa conversa imaginária acaba surgindo, apesar de Sartre, uma vontadezinha subalterna de perguntar: será que as obras de Jean-Paul Sartre concordariam comigo em pensar o efeito-Sartre como paixão pela anarquia capaz de fomentar a emergência do novo na agitação da dupla potência de pensar e agir? Mas por que eu precisaria da concordância das suas obras para dizer isso? E ao fazer esta última pergunta entrevejo um sorriso concordante vindo do próprio Sartre? Dele mesmo ou do efeito-Sartre em mim? Talvez tenha sido esse o efeito que Deleuze respirou como “ar” de uma “novidade autêntica”⁴.

X X X

Luiz B. L. Orlandi

² Jean-Paul Sartre, *L'Existentialisme est un humanisme*, Paris: Éditions Nagel, 1958, pp. 36-38.

³ Jean-Paul Sartre, *L'être et le néant – Essai d'ontologie phénoménologique*, Paris: Gallimard, 1943, pp.85-111.

⁴ Gilles Deleuze, “Ele foi meu mestre”, trad. br. de Francisca Maria Cabrera, em G. Deleuze, *L'Île déserte et autres textes – textes et entretiens 1953-1974*. Édition préparée par David Lapoujade, Paris: Minuit, 2002. Texto nº 10: “Il a été mon maître” – 1964. Págs. 109-113.